

ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO
DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SINTRA

Aos dezanove dias do mês de Junho de dois mil e treze, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu, nas instalações da Biblioteca Municipal de Sintra - Casa Mantero, a Comissão de Acompanhamento para a Revisão do Plano Director Municipal de Sintra.--

Estiveram presentes os representantes da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), que preside à CA, da Câmara Municipal de Sintra (CMS), da Câmara Municipal da Amadora (CMA), Câmara Municipal de Cascais (CMC), Câmara Municipal de Loures (CML), da Câmara Municipal de Odivelas (CMO), da Câmara Municipal de Oeiras (CMO), da Autoridade Nacional da Protecção Civil (ANPC), da Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT), das Estradas de Portugal, SA (EP), da Direcção -Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED), da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), da Direcção-Geral do Território (DGT), do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P (ICNF), do Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P. (INAC), do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. (IMTT), da Parques de Sintra, Monte da Lua (PSML), da Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P. E, conforme folha de presenças anexa.-----

Faltaram os representantes das seguintes entidades: Assembleia Municipal de Sintra (AMS), Câmara Municipal de Mafra (CMF), Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P (ARS-LVT), Direcção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo (DRE-LVT), Direcção -Geral de Energia e Geologia (DGEG), do Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça, I. P. (IGFIJ) Turismo de Portugal, I. P. (TP).-----

O Turismo de Portugal, I. P. informou, previamente, que não estaria presente na reunião.-----

O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. comunicou que não considerava oportuno integrar esta Comissão, face à necessidade de melhor gestão dos meios disponíveis.-----

A sessão de trabalhos foi iniciada com o discurso do Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Fernando Roboredo Seara, que fez um enquadramento dos planos integrados e sectoriais de carácter regional e nacional da última década, bem como uma breve referência às alterações legislativas ao longo desse período com implicação no processo de revisão do Plano Diretor Municipal e uma breve alusão aos estudos e planos desenvolvidos pela CMS também eles indispensáveis ao processo de revisão do

PDM. Felicitando as equipas, o Sr. Presidente, remete a continuidade dos trabalhos à mesa, constituída pelo Dr. Carlos Pina, Arq. Maria João Pinto (CCDRLVT) e Arq. Carlos Pinto (CMS). -----

Seguidamente procedeu-se à identificação e apresentação dos elementos que representam as diversas entidades, ponto 1 da ordem de trabalhos.-----

Passando ao ponto 2 da ordem de trabalhos o Dr. Carlos Pina, representante da CCDRLVT, submete a aprovação o Regulamento de Organização e Funcionamento da Comissão de Acompanhamento, já enviado a todas as entidades, após uma breve apresentação do mesmo pela Arq. Maria João Pinto. Relativamente à alínea b) do art.º 12.º do mesmo regulamento, ficou definido que o Grupo Relator será constituído pela CCDRLVT, pelo ICNF e pela APA, não obstante a possibilidade de ser acrescido de outras entidades, caso se mostre pertinente. O regulamento foi aprovado por unanimidade.-----

Dando seguimento aos pontos 3 e 4 da ordem de trabalhos, o Arq. Carlos Pinto (CMS) apresenta a deliberação de 25 de Julho de 2012 que determinou a revisão do PDM, incluindo o relatório de fundamentação, o relatório de avaliação da execução do plano, o quadro de referência e estudos complementares já realizados, bem como a metodologia e o programa de trabalhos da revisão do PDM. Relativamente às bases cartográficas a utilizar, o Arq. Carlos Pinto informa que já foi feita uma proposta de aquisição de cartografia homologada.-----

Na sequência desta apresentação que contou com a participação da Eng.ª Emília Santos (CMS) nas matérias de acessibilidades e estrutura ecológica municipal o Prof. António Lamas, Presidente da Parques de Sintra Monte da Lua, refere a necessidade da protecção da Paisagem Cultural de Sintra, que deveria ser concertada com o Parque Natural Sintra-Cascais, com a Parques de Sintra Monte da Lua e com a Câmara Municipal de Sintra, dando-lhe uma identidade própria. Sugere, ainda, a necessidade de um Plano de Salvaguarda e refere a existência da proposta de um Plano de Gestão apresentado à UNESCO efectuada pela empresa que representa. Manifestou a sua preocupação com o estado de conservação das estradas que passaram a estar sob a jurisdição da Câmara Municipal na área da paisagem protegida. Por fim, sugere que se definam os limites do Centro Histórico e que seja reinstalado o Gabinete do Centro Histórico, como medida de valorização.-----

Face à inexistência de estudos realizados, nesta data, sobre a Avaliação Ambiental, passou-se ao ponto 6 da ordem de trabalhos. A **CCDRLVT** apresenta um conjunto de recomendações, das quais importa destacar:-----

---A necessidade de avaliar os fogos disponíveis no concelho apontando soluções que traduzam a coesão social e territorial;-----

---A redelimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho pode aproveitar a

experiência da alteração da delimitação da REN na área do PNSC;-----
----Informa que o quadro envolvente ao concelho de Sintra é favorável uma vez que a revisão dos PDM's dos municípios envolventes, excepto Amadora, se encontram em fase final, constituindo importantes contribuições com bases estabilizadas;-----
----Refere que, apesar de suspensa a revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território tem estudos sectoriais actuais que devem ser considerados no processo de revisão do plano;-----
----Deverá ter-se em consideração o parecer emitido pela CCDRLVT no que se refere ao Relatório de Fundamentação de Avaliação e Execução do Plano Director Municipal;-----
----Relativamente ao conteúdo material, explicitou o **previsto no artigo 85.º do RJIGT**, propondo a avaliação do estado actual dos processos de loteamentos no sentido de se definir os que se pretende assumir e os que se pretende afastar, bem como a identificação de todos os licenciamentos das actividades económicas, muitas delas associadas a legalizações;-----
----No que concerne ao conteúdo documental, explicitou o previsto no **artigo 86.º do RJIGT**, focando a importância da carta do ruído, a carta educativa, a carta de riscos, da carta das áreas Florestais percorridas por incêndios nos últimos dez anos e mapa de Perigosidade, e da Carta de riscos naturais e tecnológicos, e diversa legislação. Sugere como base nos estudos sectoriais, condicionante e servidões, as metodologias, critérios e orientações que constam das normas e/ou regulamentos publicadas pela DGOTDU, actual DGT;-----
----Recomenda, por último, o reforço dos objectivos estratégicos de valorização dos recursos naturais e a contenção do crescimento urbano não descurando, no entanto, a dinâmica económica.-----

----Ficou acordado que a CCDDR enviará por escrito o seu contributo. -----

----Ainda na sequência do ponto 6, os restantes membros da Comissão de acompanhamento manifestaram o interesse e disponibilidade em colaborar activamente no processo, destacam-se as recomendações específicas:-----
----**Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT)** -----
----Refere a necessidade de uma avaliação no que respeita ao ponto da situação dos licenciamentos da actividade pecuária no concelho;-----
----Disponibiliza um documento específico, já enviado à Câmara Municipal de Sintra, sobre procedimentos a adoptar na vectorização da Reserva Agrícola Nacional.-----
----**Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC)** -----
----Salienta a necessidade de dar especial importância aos riscos naturais e tecnológicos, sem esquecer as Industrias de risco SEVESO existentes no concelho, bem como todos os riscos identificados no Plano Nacional de Emergência.-----
---- **Direcção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED)** -----
----Disponibilizará informação geográfica referente às servidões militares.-----

- **Estradas de Portugal, S. A (EP)** -----
----Disponíveis para agendar reunião no sentido de esclarecer questões relacionadas com o quadro jurídico das servidões rodoviárias, da classificação da rede rodoviária nacional e questões relacionadas com desclassificação e identificação de vias.-----
- **Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC)** -----
----Foca a necessidade da Carta de Património Arquitectónico Classificado e Inventariado.-----
- **Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P (ICNF)** -----
----Refere a importância do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) na revisão do PDM;-----
----Sugere que seja efectuado um levantamento das árvores de interesse público, com destaque para os regimes de protecção específicos para os sobreiros e azinheiras;-----
----Identificação dos postos de vigia no concelho;-----
----O plano Sectorial da Rede Natura 2000 coincide com a área do Plano PNSC com excepção para a área da Ribeira do Falcão, pelo que sugere que seja enquadrada; Enviarão por escrito os seus contributos.-----
- Direcção-Geral do Território (DGT)**-----
----Além do documento com algumas recomendações já enviado à CMS, alerta para a importância da metodologia de conversão dos sistemas de referência de informação geográfica (do Datum 73 para o Datum Lisboa);-----
----Informa que está em curso procedimento para elaboração de cartografia homologada na Área Metropolitana de Lisboa;-----
- Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P. (INAC)** -----
----Informa que, no concelho de Sintra, além de uma Pista de Ultraleves da Tojeira que é particular e como tal não será considerada nenhuma servidão de domínio público, existe apenas a área de protecção do Aeródromo de Tires em Cascais a considerar no processo de revisão e cuja informação será facultada oportunamente;-----
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. (IMTT)** -----
----Informam que estão disponíveis os documentos que constituem o Pacote de Mobilidade, com particular destaque para o “Guião Orientador – Acessibilidades, Mobilidade e Transportes nos Planos Municipais de Ordenamento do Território” na página electrónica do Instituto, conforme documento enviado à CMS.-----
- **Câmara Municipal da Amadora (CMA)** -----
----Numa perspectiva de ordenamento intermunicipal refere que facultarão a carta de equipamentos produzida no âmbito do processo de revisão do PDM;-----
- **Câmara Municipal de Loures (CML)** -----
----Refere a necessidade de avaliar a continuidade da Estrutura Ecológica Municipal e da Rede de Infraestruturas com o concelho de Sintra.-----
- **Câmara Municipal de Oeiras (CMO)** -----

-----Salaria a importância da compatibilização dos Planos Directores Municipais envolventes na estratégia do modelo territorial da Área Metropolitana de Lisboa.-----

No que concerne ao ponto 7 da ordem de trabalhos o Arq. Carlos Pinto apresentou a calendarização prevista, no entanto propôs uma reprogramação no início do próximo ano face às eleições autárquicas e consequente mudança de executivo. O programa de trabalhos foi aprovado sendo unanimemente aceite o seu posterior ajustamento.-----

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, pelas treze horas.-----

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Câmara Municipal de Sintra

Câmara Municipal da Amadora

Câmara Municipal de Cascais

Câmara Municipal de Loures

Câmara Municipal de Odivelas

Câmara Municipal de Oeiras

Autoridade Nacional da Protecção Civil

Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

Estradas de Portugal, SA

Direcção -Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa

Direcção-Geral do Património Cultural

Direcção-Geral do Território

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P

Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.

Parques de Sintra, Monte da Lua

Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P. E.